**PROCESSO**: **Nº** 2000-010432/2017, Apensos: 2000-005634/2017, 2000-008390/2017 e 2000-011920/2017.

**INTERESSADO:** NÚBIA REGINA PIMENTEL LINS.

**ASSUNTO:** DIVERSOS ASSUNTOS.

DETALHES: ENCAMINHANDO CÓPIA DO EXTRATO.

Trata-se do **Processo Administrativo nº 2000-010432/2017**, em 01(um) volume, com 68 (sessenta e oito) fls. **Apensos**: **2000-005634/2017**, em 01(um) volume, com 39 (trinta e nove) fls. **2000-008390/2017**, em 01(um) volume, com 35 (trinta e cinco) fls. e **2000-011920/2017**, em 01 (um) volume, com 33 (trinta e três) fls., que versam sobre os pagamentos referentes aos aluguéis dos imóveis situados na Avenida da Paz nºs 1164 e 1168, correspondentes aos períodos de maio/2017, março/2017, abril/2017 e junho/2017, consoante ao Contrato de locação nº 123/2014. A solicitação de pagamento da requerente **NÚBIA REGINA PIMENTEL LINS** **(CPF nº 505.020.694-49)** está orçada em **R$50.413,72 (cinquenta mil, quatrocentos e treze reais e setenta e dois centavos).** Referente aos meses mencionados na tabela nº 01:

**Tabela nº 01 – relação de meses/valor**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **MÊS** | **Nº Processo** | **Ano** | **VALOR**  **R$** | **Pago/A pagar** |
| Maio | 2000-010432/2017 | 2017 | 12.603,43 | A pagar |
| Março | 2000-005634/2017 | 2017 | 12.603,43 | A pagar |
| Abril | 2000-008390/2017 | 2017 | 12.603,43 | A pagar |
| Junho | 2000-011920/2017 | 2017 | 12.603,43 | A pagar |
| **TOTAL A PAGAR ......................................................** | | | **50.413,72** | **A PAGAR** |

Conforme aduzido nos autos, a contratação está consubstanciada no **art. 59, Parágrafo Único, da Lei Federal nº 8.666/93**. Entretanto, a presente análise versa sobre a adoção dos procedimentos previstos na legislação de regência, em exercício da missão institucional deste órgão de controle.

A análise do **Processo Administrativo nº** 2000-010432/2017, Apensos: 2000-005634/2017, 2000-008390/2017 e 2000-011920/2017, restringiram-se à instrução **no que se refere ao cumprimento das fases da despesa pública, explicitado na Lei Federal nº 4.320/64, além da obediência aos princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública.**

Nesse sentido, em atendimento à determinação emanada do Gabinete da Controladora Geral do Estado (fl.68), passamos à análise técnica dos autos, a qual se restringiu à instrução do processo de despesa, **no que se refere ao cumprimento das fases da despesa pública, explicitado na Lei Federal nº 4.320/64, além da obediência aos princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública.**

Descreve-se a seguir o resultado do exame efetuado no **Processo Administrativo nº 2000-010432/2017**, que é o principal, referente às despesas processadas no mês de maio, conforme segue adiante:

**1 – SOLICITAÇÃO DE PAGAMENTO** – Consta correspondência, de 14/06/2017, solicitando o pagamento referentes aos aluguéis dos imóveis situados na Avenida da Paz nºs 1164 e 1168, correspondentes aos períodos de maio/2017, março/2017, abril/2017 e junho/2017, consoante ao Contrato de locação nº 123/2014, juntando cópia da Procuração (fls. 02/03).

**2 - DA AUSÊNCIA DE CONTRATO –** Às fls. 07/46, foi juntado à cópia do contrato de Aluguel nº 123/2014, expirado desde o dia 02/06/2015, acompanhado do laudo de avaliação emitido pela SERVEAL, com data de 14/11/2013. À fl. 47, conforme Despacho – D.SETCON, de 05/07/2017, do Setor de Contratos, INEXISTE contrato entre a SESAU e a requerente Núbia Regina Pimentel Lins. Informações prestadas através das Servidoras, Fernanda Caroline Almeida Freitas e Maria do Carmo, Assessoras Técnicas - Setor de Contratos - SESAU/AL.

**3 – CERTIDÕES DE REGULARIDADE** – À fl. 49 consta Certidão Positiva com Efeito Negativo de Débito – CPND, emitida pela Prefeitura Municipal de Maceió, em Nome da requerente Núbia a Regina Pimentel Lins, CPF nº 505.020.694-49.

**4 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** – Verifica-se à fl. 50 dotação orçamentária referente ao exercício de 2017.

**5 – AUTORIZAÇÃO –** Nãofoi acostado aos autos a AUTORIZAÇÃO para a continuação e/ou prorrogação do contrato de aluguel, emitida pelo Ordenador de Despesas da SESAU.

**6 – DA ANÁLISE JURÍDICA** – Às fls. 52/60 consta DESPACHO PGE/PLIC Nº 216/2017, de 29/11/2017, de lavra do Procurador de Estado, Evandro Pires de Lemos Júnior, não aprovado pelo DESPACHO PGE-PLIC-CD Nº 3848/2017, de 13/12/2017, de lavra da Procuradora de Estado, Samya Suruagy do Amaral, Coordenadora – PGE-PLIC, juntado o DESPACHO PGE-PLIC-CD Nº 3517/2017 e DESPACHO PGE/GAB Nº 3246/2017.

**7 – DO ATENDIMENTO AO DECRETO ESTADUAL Nº 57.404/2018** – Observou-se o não cumprimento ao que determina o art. 57, do Decreto Estadual nº 57.404/18, quanto ao ato de reconhecimento da dívida onde o gestor deve informar:

1. Se existe dotação orçamentária suficiente para a realização do empenho e liquidação no SIAFEM;
2. A estimativa do impacto orçamentário-financeiro da dívida a ser reconhecida no orçamento vigente e posteriores, considerando os limites estabelecidos na programação orçamentária e financeira para o exercício;
3. Declaração do ordenador da despesa de que o reconhecimento da dívida é exequível na execução orçamentária e financeira para o exercício vigente e seu impacto na execução orçamentária e financeira não impedirá ou prejudicará o funcionamento das atividades do órgão ou da entidade até o final do exercício sem aumento na dotação disponível;
4. Da indicação das causas que levaram ao não pagamento da dívida nos exercícios anteriores.

**8 - DO CUMPRIMENTO DA NOTA TÉCNICA DA PGE/AL –** Considerando as circunstâncias que envolvem o pagamento ora pleiteado, revela-se necessária a observância das recomendações contidas na Nota Técnica exarada pela Procuradoria Geral do Estado de Alagoas – PGE/AL, através do Despacho PGE-GAB-PLIC-CD nº 2590/2017, alterado pelo DESPACHO PGE-PLIC-CD nº 3517/2017, que versa sobre pagamentos pela via indenizatória. *In verbis:*

I) O pagamento por indenização de despesas realizadas sem cobertura contratual poderá ocorrer quando observados os seguintes requisitos:

**a)** Atesto, elaborado pelo ordenador de despesa, do benefício auferido pela Administração Pública;

**b)** Ausência de má-fé do fornecedor ou executante aferida por meio de processo administrativo e atestada expressamente pelo ordenador de despesa, no sentido de que não tenha contribuído de qualquer forma para a irregularidade (Art. 59, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93);

**c)** Nota fiscal com atesto de que os bens/serviços foram efetivamente fornecidos, de acordo com as expectativas da Administração;

**d)** Justificativa da escolha do fornecedor ou executante;

**e)** Comprovação da compatibilidade do valor da indenização com o preço de mercado, aferida nos termos da IN 01/2016/AMGESP ou da IN 03/2015/AMGESP, conforme o caso;

**f)** Informe do crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;

**g)** Inocorrência de prescrição do crédito;

**h) Oitiva prévia da Controladoria Geral do Estado – CGE/AL;**

**i)** Instauração de sindicância administrativa e, sendo o caso, de posterior processo administrativo disciplinar, por meio do qual se possa identificar e responsabilizar o (s) agente público (s) responsável (is) pela assunção irregular da despesa, tudo mediante ampla defesa e contraditório. (Lei nº 5.247/91, art. 158 e seguintes). (sem grifos no original)

Os autos evidenciam o cumprimento das recomendações contidas na Nota Técnica exarada no Despacho PGE-PLIC-CD nº 2590/2017, alterado pelo DESPACHO PGE-PLIC-CD nº 3517/2017,(alínea **h**), restando necessária à demonstração de cumprimento das recomendações contidas na referida Nota Técnica (**alíneas**, **a, b, c, d, e, f, g** e **i)**.

De toda a explanação e detalhamento dos autos, contidos no **“Exame dos Autos”** do presente parecer e considerando a urgência que circunstancia a constatação, trazemos à baila as seguintes considerações, quais sejam:

1. **CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES APRESENTADAS PELA PGE/AL** –Que a SESAU demonstre o cumprimento das recomendações contidas na referida Nota Técnica alíneas ***“*a, b, c, d, e, f, g** e **i*”.***
2. **DA NOTA DE EMPENHO** -Que o órgão realize a emissão da Nota de Empenho e Liquidação, em favor da requerente **NÚBIA REGINA PIMENTEL LINS** **(CPF nº 505.020.694-49).**
3. **DO CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES CONTIDAS NO ART. 57 DO DECRETO Nº 57.404/2018 –** Que sejam juntados aos autos as declarações e documentos relacionados no art. 57 do referido Decreto Estadual.

Assim, sugere-se o retorno dos autos à Secretaria de Estado da Saúde – SESAU para solução das pendências apontadas nos itens **I a III**, ato contínuo, que a Secretaria promova o reconhecimento da dívida com a Sra. **NÚBIA REGINA PIMENTEL LINS** **(CPF nº 505.020.694-49)**, mediante publicação do ato, conforme art. 57, § 3º do referido decreto.

Maceió-AL, 03 de abril de 2018.

Hertz Rodrigues Lima

**Assessor de Controle Interno/Matrícula nº 29.871/9**

Acolho o Parecer.

À superior consideração.

Adriana Andrade Araújo

**Superintendente de Auditagem - Matrícula n° 113-9**